

Documento comprova:

Favorecimento político na CELESC

Para quem tinha dúvidas sobre os critérios utilizados pela diretoria da Celesc para promover empregos e administrar os recursos humanos o documento em anexo é uma prova concreta do "uso da máquina". Trata-se de uma proposta do então Secretário Extraordinário da Ciência e Tecnologia, Minas e Energia à então presidente do PMDB, prestando contas de algumas solicitações de promoção na Celesc. O documento afirma que o ex vice-presidente do Sindicato, João Vieira, não recebeu a promoção por ter participado de uma greve "deixando de merecer a confiança da Diretoria".

Diante disso pode-se acreditar nos 8% de aumento por mérito? Na possibilidade de não haver demissão em massa para empregar, posteriormente, cabos eleitorais? Pode um empregado acreditar que sua competência vale alguma coisa?

É ISTO A GESTÃO PARTICIPATIVA!



Sind. Eletricitários Fpolis/Sind. Eletricitários Tubarão

JORN. RESP. DRT/RS 6166

13/10/88

CELESC pressiona empregados para que aceitem proposta

Nesta terça-feira, dia 11, as chefias da CELESC começaram a pressionar os empregados a assinarem um abaixo-assinado, segundo o qual eles concordam com a proposta da empresa para o acordo coletivo. O que as chefias querem na prática é que os empregados obrigatoriamente esqueçam todas as plenárias e Assembléias do período de elaboração de proposta, enterrem sua Pauta de Reivindicações, com 36 cláusulas, e passem a apoiar uma proposta da empresa que lhes é extremamente desvantajosa.

FORA DA LEI

A resposta da empresa aos empregados que se negam a

assinar o documento é a ameaça de demissão. Coagir empregados a assinarem um papel sem qualquer valor jurídico é uma situação muito boa para exemplificar tudo o que pode acontecer com empregados que não possuem garantia no emprego. Ficam sujeitos a toda espécie de capricho, inclusive caprichos ilegais.

Tudo isso já era previsto pelo sindicato desde o início da Campanha Salarial, quando chamava os empregados a lutarem com toda a sua força e organização pela garantia no emprego. Agora os celesquianos são forçados a chamarem de sua uma proposta totalmente estranha e ilegal,

o que poderá aparecer amanhã ninguém sabe, mas não é difícil imaginar que vai trazer prejuízo ao trabalhador.

JUSTIÇA

Na próxima sexta-feira, dia 14, acontecerá, às 14h30 min, a audiência no Tribunal Regional do Trabalho, na audiência, certamente, a CELESC não vai apresentar nova proposta.

Mas todos sabem que não adianta esperar que a **garantia no emprego** caia do céu, que um bom reajuste seja fruto de generosidade. A hora é de luta, de mobilização. A categoria é que vai definir o final da história... com a greve se for necessário.

Os índices econômicos da pauta da ELETROSUL

Uma pequena parte da pauta da ELETROSUL é dedicada aos índices econômicos. São cinco cláusulas, dentre 31, que demonstram o quanto os salários dos empregados devem aumentar para repor tudo o que foi corroído pela inflação e ainda garantir algum ganho real.

O primeiro índice econômico refere-se à correção salarial de 61,80%. Esse valor corresponde à inflação acumulada no período (IPC), descontados todos os reajustes que ocorreram desde a última data-base. A cláusula seguinte menciona a antecipação salarial. Aí a Intersindical reivindica o pagamento das URPs de novembro e dezembro na data-base. Essa foi a forma encontrada pelos sindicatos de, além de garantir a verdadeira reposição dos 100% do valor do salário de novembro do ano passado, ainda as-

segurar algum ganho real.

REALINHANDO

O realinhamento salarial aparece na cláusula número quatro. Ele foi obtido pela diferença entre o ICV (Índice de Custo de Vida) — DIEESE e o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) — IBGE, que resulta num ganho real acumulado de 8,19%.

O próximo índice refere-se ao realinhamento salarial com o sistema Eletrobrás. Esta cláusula foi incluída na pauta para incorporar ao salário base os 10% referentes a antecipação do realinhamento, que estão sendo pagos em rubrica separada.

Por último, aparece a produtividade, que na ELETROSUL atinge o índice de 15,63%. Esse valor é o resultado da relação entre o crescimento financeiro líquido (descontada a inflação) e

o crescimento do número de empregados no período de um ano. Afinal nada mais justo do que dividir o fruto do trabalho com quem o produz.

OUTROS PONTOS

Os índices econômicos da Pauta são uma parte importante do conjunto das reivindicações, mas sozinhos eles não representam quase nada. Afinal de que adianta um belo aumento, diante da possibilidade iminente de demissão? Por isso a garantia de emprego e a liberação de dirigentes sindicais são fundamentais, para se ter a segurança de gozar dos reajustes e para que o sindicato tenha condições de continuar seu trabalho de organização da categoria. Eis as bandeiras de luta de trabalhadores que já demonstraram o quanto são capazes de ir à luta.

GOV. DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA CIÊNCIA
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA.

Florianópolis, 17 de Setembro de 1987

Ofício nº 00416

Exma Sra.
Anita Pires
DD. Presidente do Diretório Regional
do PMDB
Nesta

Prezada Senhora,

Respondendo às suas solicitações verbais e contida na carta datada de 26/08/87 e referente a designações e promoções na CELESC, às quais estariam contrariando as indicações dos diretórios, temos a informar o seguinte:

- 1 - PAULO JOÃO DE SOUZA - CHEFE DE COMPRAS
Foi indicado por 10 Diretórios municipais (xerox anexa)
- 2 - ATALIZO DE CAMPOS - CHEFE DE TRANSPORTE
Indicação do Deputado Ivo Vanderlinde (xerox anexa)
- 3 - RENATO SCHRAMM - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Indicado por Câmara de Vereadores, Deputado Renato Vianna, Secretário Geovah Amarante, Deputado Alexandre Puzina (xerox anexa) e Senador Dirceu Carneiro (verbalmente).
- 4 - ROSALEO FERREIRA - CHEFE DE ADMINISTRAÇÃO
Informações políticas favoráveis, fornecidas pelo Diretor Financeiro Paulo Vanderlinde.
- 5 - NORBERTO DADALT - Idem, idem.
- 6 - FRANCISCO KINESKI - Idem, idem.

Quanto ao servidor João Vieira, o mesmo foi grevista e como tal deixou de merecer a confiança da Diretoria.

Como vê a nobre Presidente, a CELESC é uma das empresas estatais que vem pautando suas ações com total respeito aos companheiros. Pediríamos a Vossa Excelência para que antes de aceitar tais denúncias ou formulasse queixas, procurasse ver a procedência das mesmas e sua veracidade.

Isto é o que tínhamos a informar no momento, e aqui permanecemos ao seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

Odilon Salomón
Secretário

Austeridade

Para colocar mais dúvida na "política de austeridade" da atual gestão da CELESC, muitas pessoas estão indagando sobre os motivos que levaram o telefone 22-3113, de propriedade da Empresa, a estar instalado em um apartamento do prédio nº 15 da Rua Pedro Ivo, em Florianópolis. A conta do mês de agosto do referido terminal telefônico foi de Cz\$ 23.689,00, e ao que tudo indica foi paga pela CELESC.

O preço da consciência

Por enquanto, dos 18 chefes exonerados por participarem da greve da ELETROSUL, apenas 2 foram substituídos, conforme já informamos no LINHA VIVA. Os "companheiros" que se prestaram a este papel foram Carlos Alberto Riederer e Jorge Tarciso Silva da Silva, ambos do DES. O primeiro vai passar de 6F para 7F. Isso vai resultar num aumento de aproximadamente 150 mil cruzados. Haja consciência e dignidade com este "cala a boca".

Tudo ao FMI, nada para os trabalhadores

Enquanto os salários desvalorizam 0,72% ao dia e a inflação segue tranqüila sua viagem às alturas, alguns economistas "de elite" preparam mais um plano econômico para "acabar a inflação". Agora parece que vão inventar o Real, a moeda que contracenaria com o fraco e fracassado Cruzado no cenário desta econômica tão confusa.

Mas o que se pode esperar deste novo plano? Será que desta vez vai "dar certo", como queria o Plano Cruzado? O que ele mudaria concretamente no cotidiano dos brasileiros? A inflação vai ser mesmo liquidada desta feita?

Estas perguntas parecem difíceis de responder. Qualquer um imagina que sejam necessários cálculos mirabolantes para emitir qualquer opinião sobre o assunto. Mas na verdade elas não são difíceis de responder: não se pode esperar nada de um plano deste tipo, certamente a economia não será "salva" por ele, a nova moeda só pode causar confusão e a inflação não será liquidada (e muito menos o arrocho salarial).

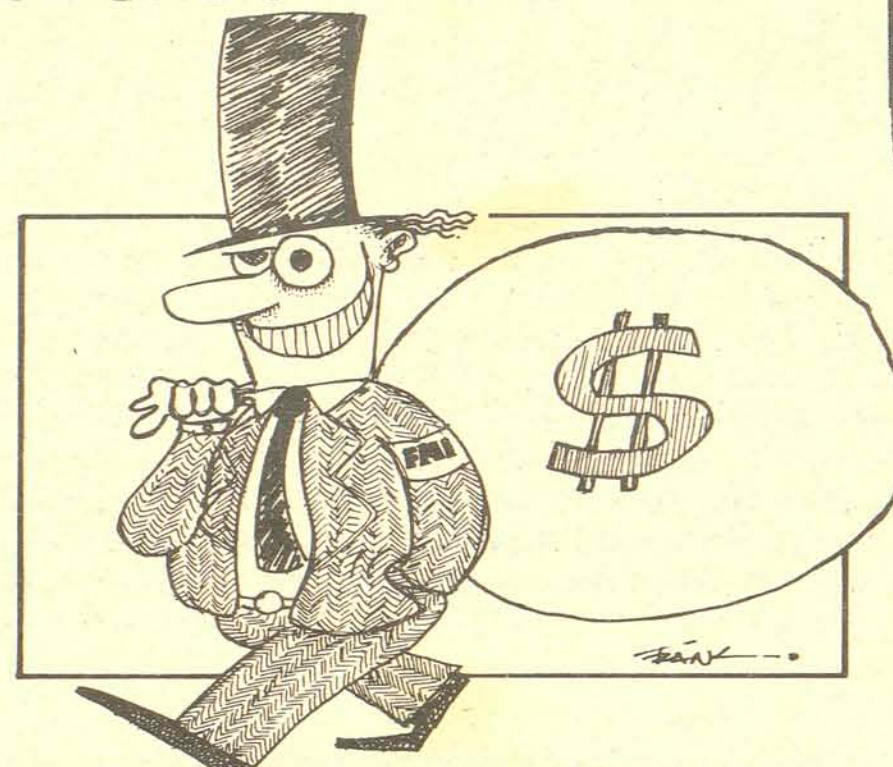
Ocorre que a situação da economia brasileira não se resolve com medidas internas artificiais como esta. Se não fosse assim o Plano Cruzado teria sa-

neado a economia, mas ele fracassou porque não questionava a dívida externa e por isso afundou ainda mais o país e seu povo num mar de aflição.

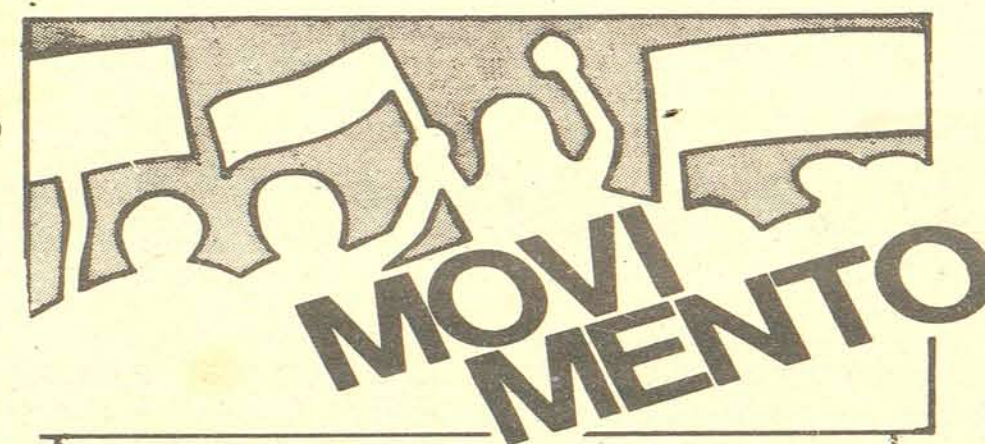
A sangria de dinheiro para pagar a dívida é a mola propulsora da inflação; desaquecer a economia interna, conter as importações, estimular as exportações, aumentar o desemprego e o arrocho salarial. São métodos antigos muito usados pelos governos militares para acumular dólares e ir pagando a dívida aos banqueiros internacionais. O motor da inflação está aí, e junto com ele a defasada afirmação de que "salário gera inflação".

Mas e o déficit público? Este existe e deve ser combatido (acabando com as negociatas, com a corrupção, com os "incentivos fiscais" e as isenções de impostos), mas atualmente é usado também como bode expiatório. Outros países têm déficits de grande porte e necessitam de recursos para financiá-los, e no entanto não arrocham salários para contê-los.

Na verdade um plano econômico que melhore as condições de vida do povo brasileiro deve ter como base o não brasileiro deve ter como base o não pagamento da dívida externa e



rompimento com o FMI, de forma a fazer a economia interna se aquecer através do investimento dos milhões de dólares que mensalmente são entregues aos banqueiros na nossa economia. O Plano Cruzado e todos os outros, ao contrário, sempre buscaram a aproximação com o FMI. O Plano Real não foge disso e, por isso, não pode dar bom resultado.



Servidores

A greve dos servidores públicos continua por tempo indeterminado até que o governo do estado implante uma nova política de reajustes salariais, já que os servidores não possuem nenhuma. Enquanto isso não ocorre os empregados do setor da saúde, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e do Fórum continuam em greve, com perspectivas de adesão do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e DAE (Departamento Autônomo de Edificações). As propostas do governo tem avançado: da incorporação dos 230% de juros sobre o mês de janeiro agora a proposta é 230% de juros sobre setembro, mais um reajuste diferenciado de 19% a 49%. Mas os servidores estão unidos e tudo indica que a última Assembléia, realizada depois do fechamento do jornal, pode dar greve.

Unificando

Várias categorias que estão em greve, como os empregados da prefeitura, da previdência, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, e da ASERDASP, outras que possuem perspectiva de greve, como os vigilantes e comerciários e outras ainda estão se reunindo semanalmente para unificar suas lutas. Nas reuniões, promovidas pela CUT, já foi criada a comissão de fundo de greve e eventos. Assim, enquanto não dá para unificar a campanha destas categorias, as reuniões vão promovendo avaliações e encaminhamentos que só tendem a fortalecer movimentos. Terça-feira por exemplo, foi o "Dia Nacional de Luta pela Creche".

Para Comissão Mista proposta da CELESC não atende expectativas

ASSUNTOS	
Nº	SUBCRITO POR
	ASSUNTO: BOLETIM GRTT nº 010/88
	A Comissão Mista do DPEP reunida para analisar o boletim em pauta consensou que foi correta a posição adotada pela Intersindical em não levar a proposta da empresa entregue na reunião de 01.10.88 para uma assembleia da categoria, pois tal proposta não atende as expectativas dos funcionários (expressadas nas Atas das Comissões Mistas) e desta assembleia poderia resultar um acirramento dos ânimos que contribui para um confronto que os empregados não desejam.
	<i>[Assinaturas]</i>

Que a CELESC tenta utilizar as Comissões Mistas para descaracterizar os sindicatos não é novidade para ninguém.

Só que de vez em quando "o tiro sai pela culatra" e a diretoria da Empresa se dá mal. Foi o que ocorreu com a Comissão Mista DPEP que analisou o boletim nº 10 do GRTT e, por consenso, afirmou que a posição da Intersindical de não levar a proposta do referido Grupo à assembleia foi acertada. Conforme a Comissão Mista, a proposta da CELESC "não atende a expectativa dos funcionários".

Segundo a Comissão Mista "não é razoável que a direção da Empresa espere através deste GT que os funcionários apresentem formalmente sugestões, contrariando o que foi apresentado na pauta da Intersindical".

ELETROSUL prepara negociação

Se a proposta da ELETROSUL seguir o ritmo dos gastos com a preparação da comissão de negociação, tudo indica que os empregados já têm motivos de sobra para festejar. Comenta-se que até agora já foram dois dias de reunião no Hotel Caldas da

Imperatriz, cinco estrelas, com carro à disposição e mais um encontro no Hotel Baía Norte. Pena que essa preparação trate de "técnicas" de negociação para confundir os empregados e subtrair a garantia no emprego e os direitos adquiridos.

Reunião da APOUS:

Se houver greve, operadores estarão no movimento

"No caso de não haver nenhum acordo até a data do julgamento e após o mesmo, já com a sentença, se a Empresa não acatar o resultado do julgamento e após as assembleias dos sindicatos terem decidido por paralisação a operação deverá participar do movimento com critérios a serem definidos". Esta é a proposta que foi aprovada pela reunião da Associação de Profissionais Operadores de Usinas e Subestações — sotor Celelec, que discutiu a Campanha salarial da CELESC. A reunião contou com a participação de representantes de todo o estado que levaram a sua decisão ao conhecimento

da Diretoria da CELESC pessoalmente.

Esta reunião é uma expressão do alto grau de consciência dos empregados da CELESC que sabem identificar na sua história de lutas o caminho para vitória. Sem dúvida, com esta decisão toda a categoria fica mais fortalecida para um possível confronto.

SEM DIVISÃO

A reunião da APOUS repudiou qualquer tentativa de divisão dos celesquianos através da concessão de aumento diferenciado para o pessoal da operação. Mais uma demonstração de espírito de luta e solidariedade.

Periculosidade — esclarecimento

Com relação à RD 2909/88 da direção da ELETROSUL, de 29/09/88, que em síntese estabelece que serão revistos os credenciamentos para percepção do adicional de periculosidade e que os empregados cujos credenciamentos forem alterados terão que ressarcir à empresa os valores já recebidos, o sindicato tem as seguintes considerações e esclarecimentos a fazer:

1 — Desde a promulgação da lei que instituiu o Adicional de Periculosidade, nossa Assessoria Jurídica tem defendido a tese de que só cabe ao empregado receber o referido adicional de forma integral. Ou seja, não tem sentido a criação das figuras do Intermitente ou Eventual. Se o empregado tem entre suas funções trabalhar em área de risco, independente do tempo em que fique exposto ao risco deve receber o adicional integral. Esta tese tem sido vitoriosa em diversas ações judiciais.

2 — Em virtude do acima exposto, o sindicato reafirma sua orientação de que, todo o empregado que tenha entre suas funções trabalhar em área de risco e que não esteja recebendo o adicional, deve procurar o sindicato para as medidas judiciais cabíveis.

Coerentes com esta postura, os sindicatos que compõem a Intersindical Base ELETROSUL recusam-se a participar da comissão instituída pela empresa para rever os credenciamentos.

3 — A CLT dispõe no seu artigo 42: "Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamento, de dispositivos de lei ou convenção coletiva".

O desconto pretendido pela empresa (RD 2909/88) não resultou de adiantamento, não está previsto em qualquer dispositivo legal, nem foi autorizado por convenção coletiva. Portanto, não existe qualquer fundamento para o pretendido desconto. Se alguma irregularidade houve, esta é de exclusiva responsabilidade da diretoria da empresa e das várias comissões criadas para tratar da questão, responsabilidade esta que pode ser caracterizada como malversação de recursos. Vale aqui lembrar o seguinte princípio jurídico: "o mau pagador deve pagar duas vezes", não tendo portanto nenhum sentido querer penalizar os empregados.

4 — Em função dessas considerações, o sindicato enviou correspondência à ELETROSUL solicitando que seja revogada a RD 2909/88, como medida capaz de extinguir o clima de apreensão existente entre centenas de empregados e como forma de evitar repercussões trabalhistas e penais para essa empresa.

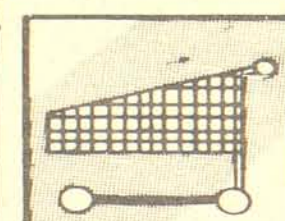
INDICADORES DO DIEESE

1/10/88 a 31/10/88



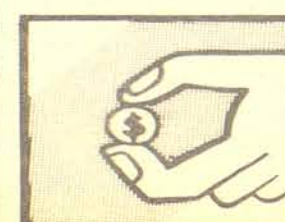
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 20,59%
1 a 5 Salários - 20,74%
1 a 30 Salários - 21,67%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

Cz\$ 11.139,92



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Cz\$ 98.151,28